

**POLÍTICAS
EDUCACIONAIS A PARTIR
DOS ANOS 1990**

**JOÃO ZANARDINI
UNIOESTE - CASCAVEL**

ESTADO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

- 1. Noção de Estado Capitalista;**
- 2. Estado como resultado de relações sociais e produtivas**
- 3. Relação entre política econômica e social;**

O Estado

[...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento: é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ordem. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais é o Estado. (ENGELS, 1984, p. 227)

As políticas sociais:

• As políticas sociais conduzidas, hoje, pelo Estado, representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais. (FALEIROS, 1989, p. 41)

•Portanto, são: datadas historicamente; construídas por sujeitos concretos e têm por fim a consolidação de um projeto social, político e econômico específico.

Políticas Sociais no Estado liberal:

Garantia de um mínimo: “O Estado jamais ultrapassa um determinado teto, deixando todos os mecanismos do mercado funcionarem livremente sobre esse mínimo. São esses os casos de salário mínimo, dos limites mínimos para seguros e para auxílio social” (FALEIROS, 1980, p. 43-44) **Individualismo:** “O Estado considera os indivíduos como sujeitos dos direitos, mas não as coletividades, os grupos ou as classes. O auxílio social, por exemplo, está assentado sobre uma base individual ou no máximo familiar. Cada um deve velar por si mesmo” (FALEIROS, 1980, p. 43)

A REFORMA DO ESTADO

- Crise do Estado de Bem-Estar Social – proposição do *padrão de Estado neoliberal*, que se delineia a partir da década de 1970, e que no Brasil se consolida na década de 1990.
- ESTADO - Instrumento capaz de reconstituir e reafirmar os interesses do modo de produção capitalista.

Na proposição liberal: o Estado, com poderes limitados, é posto como o árbitro capaz de orientar o cumprimento das regras do jogo, e evitar a coerção de um indivíduo sobre outro e, desse modo, garantir a harmonia de uma sociedade livre.

A reforma do Estado deve ser entendida a partir da essencialidade do Estado em geral e particularmente do Estado burguês para o sistema do capital. Assim, tendo em vista que: “... o Estado [burguês] se afirma como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital,” (MÉSZAROS) é preciso, no contexto da crise estrutural do capital, reformá-lo, assim como a todas as práticas e instituições relacionadas à ele, incluindo suas formas de organização.

RELEVÂNCIA DO ESTADO

- Para o neoliberalismo o Estado é o principal responsável pela crise pela qual passa a sociedade capitalista:

- a) ineficiência para atuar nos setores econômico e social,

- b) gastos excessivos com os direitos sociais,

- solução para a crise: rever as formas de intervenção do Estado, instaurando-se novamente a lógica do livre mercado.

- No Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado e implementado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado – MARE, a partir de 1995, sob a direção do Ministro Bresser Pereira, entendimento de que:

é preciso reformar o Estado para aumentar sua eficiência e capacidade de regulação

ABOLIR A LÓGICA BUROCRÁTICA:

- **Administração pública gerencial** - solução para a crise do Estado, no que diz respeito ao seu modo de intervenção, e substituiria o modelo burocrático que vinha orientando a administração pública.

CARACTERÍSTICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL

- a) **descentralização** do ponto de vista político, transferindo-se recursos e atribuições para os níveis políticos regionais;
- b) **descentralização administrativa**, através da delegação de autoridade aos administradores públicos, transformados em gerentes cada vez mais autônomos;

(BRESSER-PEREIRA, 1999:242-243).

- Papel do Estado – avaliar e rotular escolas de excelência;

- Lógica do individualismo aplicada à escola – cada escola é responsável pelo seu sucesso ou fracasso;

O Estado neoliberal se minimiza no que diz respeito ao fomento e se maximiza na regulação e avaliação do sistema escolar.

- Financiar os resultados e não os recursos.

- Papel da avaliação como instrumento de gestão escolar;

- Educação como espaço de **quase-mercado**

- competição administrada

- Quase mercado** - controle de resultados

- indicadores de desempenho

FINANCIAMENTO X IDEB

Preocupação com a competição, a disputa característica do mercado, que representa, além da possibilidade de fiscalização por parte do Estado, o seu controle através da chamada competição administrada.

- Desenvolvimento de formas sutis de controle dos resultados

EFEITO DIRETO DA DESCENTRALIZAÇÃO/DESCONCENTRAÇÃO:

UNIÃO

ESTADOS

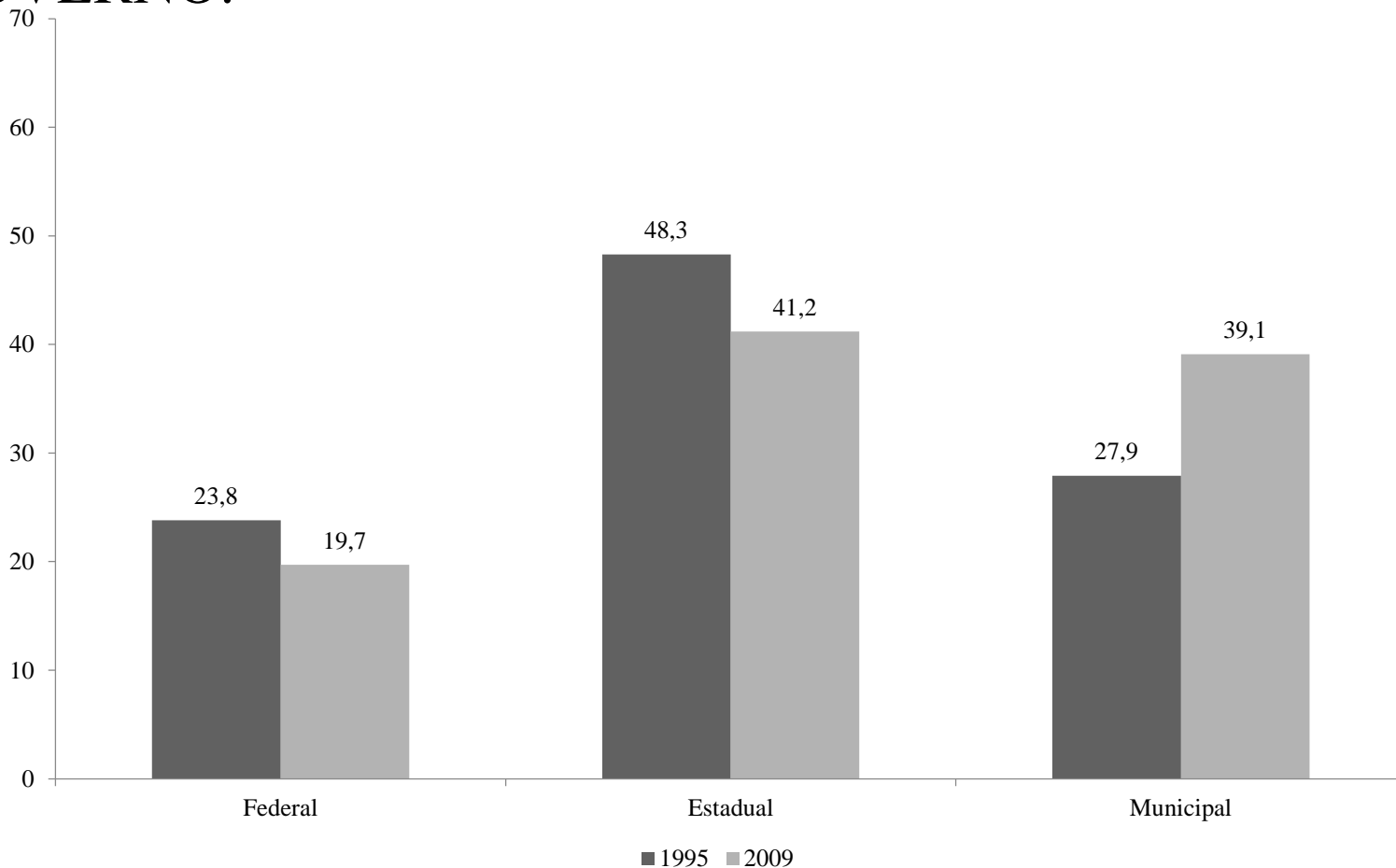
MUNICIPIOS

ESCOLAS

COMUNIDADE



PARTICIPAÇÃO RELATIVA NOS GASTOS POR NÍVEL DE GOVERNO:



Fonte: IPEA. “Financiamento da educação: necessidades e possibilidades”

Em: Comunicados do IPEA, No. 124. Brasília, 14 de dezembro de 2011.

QUANTO AO INVESTIMENTO:

**fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep/MEC),**

- A CADA **R\$ 1,00** INVESTIDO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS,
- A UNIÃO COLOCOU APENAS **R\$0,20**
- ESTADOS E DISTRITO FEDERAL **R\$0,41**
- MUNICÍPIOS **R\$ 0,39**

PARA REFLETIRMOS:

FONTE: CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (CEDES/PR),



-MESMO TENDO MAIOR CAPACIDADE DE INVESTIMENTO, A UNIÃO NÃO CHEGA A APLICAR 3% DO SEU ORÇAMENTO EM EDUCAÇÃO